



Foz do Rio Claro Energia S.A.

CNPJ nº 07.823.262/0001-03

Relatório da Administração

Aos acionistas A Administração da Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. 1. **Breve histórico da Companhia:** A Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída em 16 de janeiro de 2006, pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 002/2005 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2005, localizada na capital do Estado de São Paulo, que tem por objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no Rio Claro, localizado entre os municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. Em 15 de agosto de 2006, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 005/2006 - MME - UHE Foz do Rio Claro, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041). Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046. A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de venda de energia com 31 (trinta e uma) distribuidoras que participaram do leilão. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com duas unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada (MW médios)	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três Companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no Estado do Rio Grande do Norte, com participações direta de 57,29% na Eólica do Agreste Potiguar I ("EAP I") e de 63,18% na Eólica do Agreste Potiguar II ("EAP II"). As Companhias de fonte eólica passaram a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijuí Energia S.A. ("Ijuí"), localizada no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, passou a ser consolidada a partir de 1º de setembro de 2022. Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no

Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despatchadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), que divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revisados de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira, que, a partir de 1º de janeiro de 2023, foram considerados 37,1 MW médios. 2. **Governança corporativa:** A Companhia pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa. Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição por igual período. **Diretoria estatutária:** A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores: (i) Diretor Administrativo; (ii) Diretor de Gestão de Energia; (iii) Diretor Financeiro; (iv) Diretor Técnico; e (v) Diretor de Relações com Investidores. **Conselho fiscal:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas pela lei, e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas. 3. **Desempenho econômico-financeiro** (Em milhares de Reais):

	Controladora		Consolidado		Variação %	31/12/2024	31/12/2023	Variação %
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023				
Recarga operacional bruta	100.580	96.905	96.905	244.974	3,8%	189.402	29,3%	
(-) Deduções da recarga operacional	(10.394)	(9.996)	(9.996)	(20.232)	4,0%	(14.419)	40,3%	
Recarga operacional líquida	90.186	86.909	86.909	224.742	3,8%	174.983	28,4%	
(-) Custos operacionais	(40.027)	(36.386)	(36.386)	(115.053)	10,0%	(89.516)	28,5%	
Lucro bruto	50.159	50.523	50.523	109.689	-0,7%	85.467	28,3%	
(-) Despesas/receitas operacionais	(3.654)	(4.610)	(4.610)	(10.727)	-20,7%	(9.507)	12,8%	
(+) Resultado de equivalência patrimonial	10.123	1.377	1.377	-	635,1%	-	0,0%	
(-) Despesas/receitas financeiras	(64.540)	(73.177)	(73.177)	(87.093)	-11,8%	(89.025)	-2,2%	
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(7.912)	(25.887)	(25.887)	(13.065)	-69,4%	11.869	-190,8%	
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(3.806)	0,0%	(3.998)	-4,8%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.418	9.597	9.597	6.808	100,0%	9.597	100,0%	
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.494)	(16.290)	(16.290)	(7.466)	-90,8%	14.871	-299,2%	
Ativo total	796.750	796.325	796.325	1.368.384	-0,2%	1.379.664	-0,8%	
Investimentos (*)	650.853	654.492	654.492	1.132.817	-0,6%	1.173.406	-3,5%	
(*) Refere-se aos montantes de imobilizado, intangível e investimentos em controladas.								
Comentários relevantes - Consolidado: A controladora e suas controladas, registraram Receita operacional líquida de R\$ 224.742 (894.712 MWh) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação aos R\$ 174.893 (702.611 MWh) do mesmo período de 2023. O aumento de 28,4%, de um período para o outro ocorreu principalmente pela atualização monetária dos contratos negociados no ambiente regulado (ACR) e pela entrada em operação das controladas EAP I e EAP II que ocorreram no terceiro trimestre de 2023. Os custos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da controladora e suas controladas apresentam aumento de 28,5% se comparado ao mesmo período de 2023, justificado principalmente pelo incremento de despesa com depreciação do ativo imobilizado dos parques eólicos, custos com compra de energia elétrica devido à entrada em operação das controladas EAP I e EAP II que ocorreram no terceiro trimestre de 2023. As despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentam aumento de 12,8% quando comparado ao mesmo período de 2023, justificado pela linha de serviços de terceiros. A Companhia apresentou o montante de compra de energia de R\$ 19.996 (105.216 MWh) em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 8.089 (76.776								

MWh) em 31 de dezembro de 2023. As despesas e receitas financeiras líquidas da controladora e suas controladas apresentaram redução de 2,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 se comparado ao mesmo período de 2023, justificado principalmente pelo aumento da receita financeira. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados à constituição de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.494)	(16.290)	14.871	(7.466)
(+) Resultado financeiro	64.540	56.285	87.093	65.317
(+) Depreciação e amortização (*)	10.950	10.891	46.067	34.218
(+) IR/CS correntes	-	-	3.806	2.265
(+) IR/CS diferidos	(6.418)	(7.660)	(6.808)	(7.660)
(-) EBITDA	67.578	43.226	145.029	86.674

(*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP - Uso do Bem Público.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, debêntures, empréstimos em moeda estrangeira e arrendamentos	(21.545)	(22.957)	(44.811)	(104.998)
Circulante	(599.962)	(599.958)	(870.716)	(811.273)
Não circulante	(621.507)	(622.915)	(915.527)	(916.273)
Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários	112.829	116.162	176.372	149.601
Dívida líquida	(508.678)	(506.753)	(739.155)	(766.672)
Patrimônio líquido	153.176	154.670	382.851	377.372
Índice de endividamento líquido	3,32	3,28	1,93	2,03

4. **Capital humano:** Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas. O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia mantinha em seu quadro 19 colaboradores. 5. **Responsabilidade socioambiental:** A Companhia tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região. Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistentes sobre o meio ambiente da região: • Programa de Monitoramento da Estabilidade de Encostas Marginais e Processos Erosivos; • Programa de Monitoramento Hidrológico; • Programa de Recuperação da APP; • Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; • Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; • Programa de Transposição Manual de Peixes; • Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Limnologia; • Programa de Monitoramento da Comunidade Aquática; • Programa de Monitoramento de Ictiofauna; • Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre e Alada; • Programa de Educação Ambiental; • Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA). Em seguida, citamos os programas cujo o público-alvo são população residente no entorno da usina: • Programa de Comunicação Social, e • Programa de Educação Ambiental. 6. **Auditoria Independente:** Em atendimento à instrução CVM nº 23/2021, informamos que contratamos a KMPG Auditores Independentes Ltda. para prestação dos serviços de auditoria das nossas informações contábeis intermediárias, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade Internacional Financial Reporting Standards ("IFRS"). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela KPMG firm contratados para os exercícios de 2024 até 2025. **Mensagem final:** Finalmente, queremos deixar nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradores, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o sucesso das atividades da Companhia.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	132.855	137.281	209.898	191.930
Circulante	4	3.301	376	14.877
Caixa e equivalentes de caixa	5	109.528	115.786	161.063
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	5.983
Contas a receber de clientes	6	11.900	11.716	28.021
Dividendos a receber	15.1	4.954	-	-
Adiantamento a fornecedores	465	446	1.300	1.127
Despesas pagas antecipadamente	417	413	1.319	1.278
Tributos compensáveis	2.256	8.525	2.815	9.033
Outros ativos	34	19	71	80
Não circulante	663.895	661.044	1.158.486	1.187.734
Tributos e contribuições sociais a compensar	-	-	7.579	3.187
Tributos e contribuições sociais diferidos	13	12.817	6.399	13.207
Outros ativos	7	225	153	4.883
Investimento em controladas	8	356.090	355.742	-
Imobilizado	8	272.698	275.880	1.096.256
Intangível	9	22.065	22.870	36.561
Total do ativo	796.750	796.325	1.368.384	1.379.664

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo	37.202	37.428	82.552	159.882
Circulante	10	3.602	3.081	8.458
Fornecedores	11	21.433	22.868	44.410
Empréstimos e debêntures	11	-	-	63.229
Arrendamentos	-	112	89	401
Salários e férias a pagar	-	761	1.268	1.991
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	1.228	1.761
Outros tributos a pagar	752	629	2.079	1.923
Dividendos declarados	15.1	-	4.760	-
Uso do bem público	9	590	565	1.010
Provisões	12	-	2.305	23.711
Encargos setoriais	-	1.821	1.232	3.426
Opções de compra de ações outorgadas	1.2	8.067	7.677	8.067
Outros passivos	-	71	19	4.424
Não circulante	606.372	606.227	902.961	842.410
Empréstimos e debêntures	11	599.785	599.706	863.898
Arrendamentos	-	177	252	7.028
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	15.1	-	-	5.000
Uso do bem público	9	4.855	4.714	8.262
Provisão para contingências	14	-	4.189	4.169
Provisões	12	-	18.260	12.384
Outras obrigações	-	1.555	1.555	1.556
Patrimônio líquido	153.176	154.670	153.176	154.670
Capital social	16.1	168.270	168.270	168.270
Reserva de Capital	-	(518)	(518)	(518)
Prejuízos acumulados	-	(14.576)	(13.082)	(13.082)
Total do patrimônio líquido	153.176	154.670	153.176	154.670
Participação dos acionistas não controladores	-	-	229.675	222.702
Patrimônio líquido + participações de acionistas não controladores	153.176	154.670	382.851	377.372
Total do passivo e do patrimônio líquido	796.750	796.325	1.368.384	1.379.664

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022				
Aumento de Capital	-	-	-	-
Opções de compra de ações outorgadas	-	-	-	-
Ganhos (Perdas) em transações com sócios	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-
Destinação de dividendos intermediários	-	-	-	-
Compensação com prejuízos acumulados	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-
Destinação de dividendos	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024				

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(7.912)	(25.887)	11.869	(13.065)
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	8 e 9	10.950	10.891	46.067
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	(10.123)	(1.377)	-
Encargos de dívidas	-	74.338	86.643	105.155
Encargos de dívidas arrendamentos	-	15	103	770
Atualização monetária dívidas	-	-	15	-
Atualização monetária - Uso do bem público	9	739	695	1.267
Outras variações monetárias líquidas	-	157	(648)	1.119
Recarga de aplicações financeiras	20	(10.940)	(14.407)	(16.363)
Provisão de contingências	-	-	-	234
Baixa de imobilizado e intangível	8 e 9	-	-	20
Baixa de depósitos judiciais	6	-	6	-
Impostos sobre aplicações financeiras	-	-	712	-
Total	57.230	56.740	150.144	108.271
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber de clientes	(184)	(909)	2.790	(8.811)
Tributos e contribuições sociais a compensar	(47)	(52)	(4.308)	1.149
Adiantamento de fornecedores	(19)	794	(173)	1.466
Despesas pagas antecipadamente	(895)	(886)	(1.531)	(1.455)

← continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", alterando a garantia física da Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Gódy Pereira de 39 MW para 37,1 MW. **Controladas:** A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, com participações direta de 79,08% na Eólica do Agreste Potiguar I ("EAP I") e de 44,54% na Eólica do Agreste Potiguar II ("EAP II"). As companhias de fonte eólica EAP I e EAP II passaram a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijuí Energia S.A. ("Ijuí"), localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Jui, com participação direta de 51%. A Companhia passou a ser consolidada a partir de 1º de setembro de 2022 após assumir o controle das atividades mais relevantes. Em 21 de julho de 2023, ANEEL publicou o Despacho nº 2.742.723, que autorizou o início de operação comercial da EAP I, responsável por implantar e explorar o parque eólico AW São João, localizado no município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte, composto por 6 unidades geradoras de 4,2 MW, totalizando potência instalada de 25,2 MW e garantia física de 14,1 MW médios. Em 13 de setembro de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 3.394.23, que autorizou o início de operação comercial da EAP II, responsável por implantar e explorar o parque eólico AW Santa Régia, localizado no município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte, composto por 9 unidades geradoras de 4,2 MW, totalizando potência instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios.

Controladas	Localização	AutORIZATIVA ANEEL nº	Início	Fim	Início da Operação	Energia assegurada MW
Potiguar I Eólica do Agreste Potiguar II	Jandira (RN)	8521/2020	24/01/2020	17/11/2055	27/07/2023	25.200
Rolador e Salvador das Missões	Jandira (RN)	8520/2020	24/01/2020	17/11/2055	13/09/2023	37.800
Ijuí Energia S.A.	Missões (RS)	006/2006	29/03/2011	03/02/2046	28/03/2011	51.000

Os prazos das autorizações das Companhias de fonte eólicas podem ser prorrogados a critério do poder concedente. Não está previsto indenização ao final do prazo das autorizações. Em relação ao contrato de concessão da controlada Ijuí Energia S.A., o mesmo pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observância às condições expostas na Legislação. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da Anel. 1.1. **Acordo para autoprodução com a WEG S.A.** Em 05 de julho de 2023, a controlada Eólica do Agreste Potiguar II ("EAP II") celebrou contrato com duas controladas da WEG S.A., ("WEG") para a formação de uma parceria societária que tem por objeto a geração de energia para o consumo pelas unidades produtivas da WEG. A EAP II e a WEG firmam essa Parceria para explorar o parque eólico AW Santa Régia localizado no município de Jandaíra - RN, que terá capacidade instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios, dos quais cerca de 15 MW médios serão anualmente entregues à WEG sob o regime de autoprodução por equiparação, com início de suprimento de energia em janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2041.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Declaração de conformidade:** A autorização para emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 26 de fevereiro de 2025. Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma informação que possa gerar dúvidas significativas sobre o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reais e, portanto, estimativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências. **I. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 7 - Contexto - Opções de compra de ações outorgadas - definição da categoria do instrumento financeiro; • Nota 2.5 - Critérios de consolidação - determinação se a Companhia detém controle sobre as investidas; • Nota 8 - Imobilizado e nota explicativa 3.6 - Imobilizado - aplicação das vidas úteis definidas; • Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e nota explicativa 3.8 - Tributação - expectativa de realização do saldo; • Nota 14 - Provisões para contingências e estimativas; • Nota 15 - Provisões para contingências e estimativas sobre passivos contingentes; **II. Estimativas sobre passivos contingentes:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e incertezas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.11 - Arrendamentos - taxa aplicável e contratos considerados; • Nota 6 - Contas a Receber e nota explicativa 3.13 - Receita de geração de energia elétrica - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; estimativa de valores que não serão recebidos; • Nota 8 - Imobilizado e nota explicativa 3.6 - Imobilizado - taxa de depreciação; • Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e nota explicativa 3.8 - Tributação - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro. • Nota 14 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.5 - Provisões - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **3.1 Instrumentos financeiros; Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia ou suas controladas se comprometem a fornecer fluxos de caixa ou outros benefícios financeiros a terceiros. O reconhecimento inicial é mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao custo amortizado com provisões para contingências; ou ao custo amortizado com provisões para contingências e mensurado subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia ou suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter e receber os fluxos de caixa e outros benefícios financeiros; e • seus resultados financeiros são mensurados com base em dados específicos, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia ou suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR, como ao VJR, para eliminar o efeito de desclassificação contábil que do VJR. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a estratégia de saída da carteira e a estratégia de saída das controladas, incluindo a obtenção de receitas de juros contratuais e o perfil de taxa de juros. • A duração da carteira em relação à duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os resultados do modelo de negócios são mensurados e a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os custos de transação para negócios relacionados a operações com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment e reduzido pela receita de juros e ganho de imparment. Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado com provisões para contingências e reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais de recebimento de caixa e outros benefícios financeiros são transferidos ou transferem os direitos contratuais de recebimento ao fluxo de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia ou suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando o contrato de entrega de caixa e outros benefícios financeiros expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia ou suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade do reconhecimento de provisões para perda esperada sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a valor justo, ou ao custo amortizado com provisões para contingências. A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações relevantes, incluindo, mas não se limitando a, as seguintes: • Mudanças nas condições de mercado que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia ou suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito. A Companhia e suas controladas, sempre que possível, avaliam a realização do contrato (se houver alguma). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia ou suas controladas esperam receber. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada balanço, os ativos financeiros com problemas de recuperação são avaliados com base no seu custo amortizado menos problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação incluem os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • A probabilidade de que o devedor não terá capacidade de pagar o ativo financeiro; • A existência de informações que indicam a possibilidade de que o devedor não terá capacidade de pagar o ativo financeiro; • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia ou suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A baixa de ativos financeiros com problemas de recuperação é reconhecida no resultado quando o cumprimento dos procedimentos da Companhia ou suas controladas para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo financeiro de longo prazo. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou

grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não identificaram tais eventos ou circunstâncias. **3.3 Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora). **3.4 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, marcados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como instrumento de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia e suas controladas não adotam a contabilidade de hedge accounting e designa seus derivativos como: **Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, as controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. O principal instrumento utilizado é o swap. **Instrumentos de proteção de dívida em Dólares:** Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAPs. Nesses instrumentos as controladas da Companhia trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos, bem como a marcação a mercado das operações quando ocorridos, foram reconhecidos no resultado. **3.5 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos dados disponíveis. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação ou despesa (legal ou contratual) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclus

Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora				Consolidado						
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2022	Adições	Transfe-rência	Outros (I)	31/12/2023	31/12/2022	Reclassi-ficações	Outros (I)	31/12/2023	
Em serviço											
Terenos	-	9.010	-	2.290	-	11.300	37.854	-	2.290	28	40.172
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2%	121.772	-	-	-	121.772	323.505	537	4.205	-	328.247
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.026	-	-	-	99.029	134.400	-	3.618	-	138.018
Máquinas e Equipamentos	3%	169.636	837	-	-	170.473	390.701	2.134	506.879	-	899.714
Veículos	15%	60	-	-	-	60	142	-	-	-	142
Móveis e Utensílios	4%	90	10	-	-	100	169	10	30	-	209
Direito de Uso sobre Arrendamento	12%	603	-	-	104	707	1.715	-	4.270	-	5.985
Em curso (II)		7.900	12	(2.290)	-	4.613	435.622	39.968	(517.122)	63.350	21.818
Total do custo do imobilizado		408.100	859	(905)	(905)	408.054	1.324.108	42.649	(100)	67.648	1.434.305
Depreciação											
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	(33.048)	(2.665)	-	-	(35.713)	(86.098)	(7.164)	-	-	(93.262)	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(25.147)	(2.025)	-	-	(27.172)	(35.744)	(4.721)	-	-	(40.465)	-
Máquinas e Equipamentos	(63.487)	(5.303)	-	-	(68.790)	(143.787)	(20.623)	-	-	(164.410)	-
Veículos	(60)	-	-	-	(60)	(138)	(2)	-	-	(140)	-
Móveis e Utensílios	(35)	(5)	-	-	(40)	(81)	(11)	-	-	(92)	-
Direito de Uso sobre Arrendamento	(31)	(80)	-	-	(39)	(182)	(23)	-	-	(1.015)	-
Total da depreciação	(122.098)	(10.078)	-	-	(132.174)	(266.630)	(32.755)	-	-	(299.385)	-
Total do imobilizado líquido		286.002	(9.219)	(905)	275.880	1.057.478	9.894	(100)	67.648	1.134.920	-
(I) Outros refere-se: Direito de uso de arrendamento - remuneração de arrendamentos da controladora e suas controladas decorrente da extensão do contrato de locação e mudança nos critérios de rateio da Alupar que são revisados anualmente; Em curso - Refere-se a provisões de constituição de ativos, meio ambiente e baixa de adiantamento de fornecedores. (II) Os saldos destacados na rubrica imobilizado em curso consolidado trata-se da composição dos custos realizados em benefício das obras nas cobras Eólica do Agreste Potiguar I e Eólica dos Móveis e Veículos. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de utilização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL. Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.											

9. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	Taxa média anual de amortização	31/12/2023	Adições	31/12/2024	31/12/2023	Adições	31/12/2024	31/12/2024
Em serviço								
Serviços	-	4.303	-	4.303	4.679	-	-	4.679
Software	20%	125	4	129	294	4	-	298
Outros intangíveis	19%	187	-	187	2.423	-	-	2.423
Uso do bem público (I)	2%	2.955	-	2.955	5.166	-	-	5.166
Extensão da concessão	4%	18.921	-	18.921	32.015	-	-	32.015
Em curso		14	5	19	211	19	(185)	45
Total do custo do intangível		26.505	9	26.514	44.788	23	(185)	44.626
Amortização								
Software	(107)	(9)	(116)	(244)	(13)	-	(257)	-
Outros intangíveis	(187)	-	(187)	(349)	(361)	-	(710)	-
Uso do bem público - UBP	(1.712)	(54)	(1.766)	(2.914)	(1.000)	-	(3.014)	-
Extensão da Concessão	(1.629)	(751)	(2.380)	(2.795)	(1.289)	-	(4.084)	-
Total da amortização	(3.635)	(814)	(4.449)	(6.302)	(1.763)	-	(8.065)	-
Total do intangível líquido		22.870	(805)	22.065	38.486	(1.740)	(185)	36.561

11. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

O saldo de empréstimos e debêntures é composto da seguinte forma:

Empresas	Condições contatadas dos empréstimos e financiamentos					
	Financiadores	Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos Indexador	Juros %
Foz do Rio Claro	Pentágono S.A.	15/09/2021	15/09/2028	600.000	100% da taxa DI	2,00% a.a
Ijuí Energia	BNDES	09/04/2008	15/09/2027	168.200	TJPL	3,17% a.a
EAP I	BNB	15/12/2023	15/10/2047	84.139	IPCA	4,55% a.a
EAP II	BNB	15/12/2023	15/10/2047	114.738	IPCA	4,55% a.a
EAP I	Debêntures	19/01/2024	15/12/2038	25.000	IPCA	6,40% a.a
EAP II	Debêntures	19/01/2024	15/12/2038	55.000	IPCA	6,40% a.a

11.1.1ª Emissão de debêntures - Controladora: Em 15 de setembro de 2021 foi efetuada a primeira emissão na Controladora de R\$ 600.000 (seiscentos mil reais), em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1.000, onde os recursos foram transferidos para a Foz do Rio Claro no dia 08 de outubro de 2021. A Alupar Investimento S.A., é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI - de um dia + 1,70% a.a., expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil. As amortizações ocorrerão em três parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de setembro de 2026, e o vencimento da dívida se dará em 15 de setembro de 2028. De acordo com cláusula 4, item 4.14 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") a serem apuradas pela fiduciária Alupar Investimento S.A., distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (A Controladora mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2024).

11.2 Empréstimos BNDES - Controlada: O financiamento junto ao BNDES na Controlada Ijuí Energia S.A. teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José. O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010. Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo: 1. Aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento. 2. Aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento. 3. Aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027. A Companhia Ijuí Energia S.A. possui os seguintes covenants estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente: • Índice de capitalização = 25%; • Índice de cobertura de serviço da dívida = 1,2; A Administração da Companhia e suas controladas acompanham os índices financeiros e obrigações estabelecidos em contrato. 11.3 Empréstimos em moeda estrangeira:

Empresas	Condições contatadas dos empréstimos e financiamentos					
	Financiadores	Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos Indexador	Juros %
Foz do Rio Claro	Pentágono S.A.	15/09/2021	15/09/2028	600.000	100% da taxa DI	2,00% a.a
Ijuí Energia	BNDES	09/04/2008	15/09/2027	168.200	TJPL	3,17% a.a
EAP I	BNB	15/12/2023	15/10/2047	84.139	IPCA	4,55% a.a
EAP II	BNB	15/12/2023	15/10/2047	114.738	IPCA	4,55% a.a

11.4 Empréstimos BNB: Em 29 de setembro de 2023 as Controladas Eólica Agreste Potiguar I e Eólica Agreste Potiguar II celebraram junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Contrato de Financiamento por instrumento Particular nº 35.2023.9396.30266, no valor de R\$ 84.139 para a "EAP I" e contrato nº 35.2023.9396.30267 no valor de R\$ 114.738 (EAP II). Os recursos relacionados a este financiamento foram liberados parcialmente pelo Banco do Nordeste (BNB). Sendo a primeira liberação período de 15 de dezembro de 2023, representando 85% do valor total, ou seja, R\$ 71.518 para a "EAP I" e em 20 de dezembro de 2023 o valor total de R\$ 97.527 para a "EAP II". Os 15% restantes do montante serão liberados à medida que forem comprovadas as obrigações financeiras relacionadas ao contrato. O financiamento possui como fator de correção Juros Básicos Fixo de 5,3534% ao ano e sobre os Juros Básicos Fixos incidirão os Juros Básicos Variáveis (JBV) com base no Fator de Atualização Monetária (FAM) apurado pela variação média de IPCA, referente ao período entre o 2º e o 13º meses anteriores ao mês de cálculo. O financiamento possui carência do principal de 6 meses, com o primeiro pagamento de juros em 15/01/2024 a 15/04/2024. A partir de 15/05/2024, serão amortizados mensalmente principal e juros em 286 parcelas mensais consecutivas. Para contratação do Financiamento foi exigido contratação de Fiança Bancária em favor do Banco, no valor equivalente a liberação do recurso financiado. A Fiança será mantida até a data efetiva da liquidação do contrato. A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2024. 11.5 1ª Emissão de debêntures - Controladas EAP I e EAP II: Em 15 de janeiro de 2024 as controladas "EAP I" e "EAP II" efetuaram a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$ 25.000 (EAP I) e R\$ 55.000 (EAP II) com o valor nominal de R\$ 1.000. O recebimento das debêntures ocorreu em 19 de janeiro de 2024. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios equivalentes a IPCA + 6,40% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As amortizações ocorrerão em pagamentos semestrais, primeiro pagamento de juros previsto para junho de 2024 e amortização do principal iniciando em dezembro de 2024. O vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2039 (EAP I) e 15 de dezembro de 2038 (EAP II). A Controladora mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2024. 11.6 As movimentações de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional	Controladora				
	Saldo Final 31/12/2023	Ingresso de Dívidas	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros
1ª emissão de debêntures	622.948	-	74.338	-	(75.773)
(-) custo de captação - a amortizar	(374)	-	-	79	(295)
Total	622.574	74.338	79	(75.773)	621.218

Moeda nacional	Consolidado				
	Saldo Final 31/12/2023	Ingresso de Dívidas	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros
1ª emissão de debêntures - Controladora	622.948	-	74.338	-	(75.773)
1ª emissão de debêntures - EAP I e II	80.000	-	8.459	-	(1.105)
BNDES	56.828	-	4.812	-	(15.146)
BNB	169.462	-	16.155	-	(2.555)
(-) custo de captação - a amortizar	(1.285)	(4.958)	-	411	-
Total	631.229	75.042	105.155	411	(83.426)

Moeda nacional	Controladora				
	Saldo Final 31/12/2022	Ingresso de Dívidas	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros
1ª emissão de debêntures	625.705	-	86.643	-	(89.400)
(-) custo de captação - a amortizar	(453)	-	-	79	(374)
Total	625.252	86.643	79	(89.400)	622.574

Moeda nacional	Consolidado				
	Saldo Final 31/12/2022	Ingresso de Dívidas	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros
1ª emissão de debêntures - Controladora	625.705	-	86.643	-	(89.400)
BNDES	71.268	-	6.353	-	(15.032)
BNB	169.143	-	16.155	-	(2.555)
(-) custo de captação - a amortizar	(453)	(911)	-	79	-
Total	947.370	168.232	124.918	(1.402)	(186.032)

(*) Os encargos sobre empréstimos das controladas "Eólicas do Potiguar I" foram capitalizados até 31 de julho de 2023 e "Eólicas do Potiguar II" até 30 de setembro de 2023, devido estarem em fase pré-operacional. Após entrar em operação os valores foram registrados como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas ao financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Parcelas vencíveis (R\$)	Controladora			
	2026	2027	2028	Divida Total
Debêntures	150.000	150.000	300.000	600.000
(-) Custo a amortizar	(79)	(79)	(57)	(215)
Total	149.921	149.921	299.943	599.785

Parcelas vencíveis (R\$)	Consolidado			
	2026	2027	2028	Divida Total
Empréstimos - Controlada Ijuí	15.350	11.291	-	26.641
Empréstimos - Controladas EAP I e EAP II	3.084	3.645	2.416	164.077
Debêntures - Controladas EAP I e EAP II	4.592	4.806	4.995	78.400
Debêntures - Controladora	150.000	150.000	300.000	600.000
(-) Custo a amortizar	(401)	(401)	(379)	(5.430)
Total	172.625	169.341	307.032	863.688

12. PROVISÕES

Provisões de constituição de ativos (a)	Consolidado			
	31/12/2022	Ingresso	Reversão monetária	31/12/2024
Provisões para compensações ambientais (b)	-	24.023	10.531	(22.345)
Provisões para desmobilização de ativos (c)	-	-	3.723	(926)
	-	-	8.349	180
	-	-	-	714
Total	-	36.095	10.711	(23.271)

Circulante	Consolidado			
	31/12/2022	Ingresso	Reversão monetária	31/12/2024
	-	23.711	-	2.305
Não Circulante	-	12.384	-	18.260
	-	36.095	-	20.565

(a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado. (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual as controladas da Companhia realizam, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção das Usinas e parques Eólicos. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas. (c) As provisões para desmobilização de ativos referem-se a custos estimados para a desmontagem dos parques eólicos das controladas EAP I e II no encerramento das atividades.

Em serviço	Controladora				Consolidado			
	Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	31/12/2023	31/12/2022	Adições	31/12/2023	31/12/2023
Serviços	0%	4.303	-	4.303	4.679	-	-	100
Software	20%	112	13	125	248	36	-	10
Outros intangíveis	19%	187	-	187	288	2.142	(7)	-
Uso do bem público (I)	2%	2.955	-	2.955	5.166	-	-	-
Extensão da concessão	4%	18.921	-	18.921	32.015	-	-	-
Em curso		16	(

→ continuação

Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2024
01/09/21	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Debêntures	Fiança prestada até a liquidação integral das Obrigações Garantidas na Debênture de Foz	15/09/21	15/09/28	600.000	621.218
25/11/24	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 009/2010. Carta nº 100424110003100	25/11/24	25/11/25	1.431	1.431
25/05/22	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020. - Carta nº 100422050008500	25/05/24	25/05/25	253	253
30/11/23	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9396.30266 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/25	84.140	84.140
30/11/23	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Carta Fiança - Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9396.30266 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/25	71.519	71.519
30/11/23	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Carta compromisso - Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9396.30266 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/25	12.621	12.621
25/05/22	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020. - Carta nº 100422050008600	25/05/24	27/05/25	381	381
30/11/23	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9392.30267 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/25	97.408	97.408
30/11/23	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Carta Fiança - Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9392.30267 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/25	17.211	17.211
30/11/23	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Comissão compromisso - Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9392.30267 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/25	114.738	114.738

15.3 Remuneração da alta administração: De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 19% daquela devida à Diretoria.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo (a)	(496)	(890)
Remuneração do conselho	(56)	(56)
Total	(552)	(946)

a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale-refeição.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 168.270 e está representado por 108.708.978 ações nominativas, sendo 67.717.178 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Ordinárias	Preferenciais	Total
	Quantidade	% Quantidade	% Quantidade
31/12/2024	67.717.177	100	40.991.800
31/12/2023	67.717.177	100	40.991.800

Acionistas
Alupar Investimento S.A.
AF Energia S.A.
Total das ações

Reserva de Lucros: a. **Reserva legal:** • 5% do lucro líquido anual apurado nos livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal foi compensada com prejuízos anteriores. Em 31 de dezembro de 2024 não há destinação de lucros para a reserva legal.

17. LUCRO E PREJUÍZO POR AÇÃO

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e ações preferenciais totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.494)	(16.290)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	67.717.178	67.717.178
Média ponderada do número de ações preferenciais	40.991.800	40.991.800
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	(0,0137)	(0,1498)
Resultado básico e diluído por ação preferencial R\$	(0,0137)	(0,1498)

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia	342.575	99.087
Receitas de curto prazo CCEE	- 1.493	- 2.091
342.575	100.580	341.640

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(1.646)	(1.585)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(7.583)	(7.300)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(883)	(852)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(282)	(259)
(10.394)	(9.996)	(20.232)

Receita operacional líquida
A Companhia apresentou receita operacional líquida consolidada de R\$ 224.742 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R\$ 174.983 no mesmo período de 2023. O aumento de 28,4% entre um período e outro se deve principalmente pela entrada em operação das controladas EAP I e EAP II, que iniciaram suas operações comerciais em 27 de julho de 2023 e 13 de setembro de 2023, respectivamente.

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Custos operacionais		
Encargos de uso da rede elétrica	(8.350)	(7.953)
Compensação financeira	(1.925)	(1.706)
Utilização do Bem Público - UBP	(54)	(54)
Doações, contribuições e subvenções	(10)	(35)
(10.339)	(9.793)	(20)
Despesas operacionais		
Energia comprada para revenda	(5.845)	(3.273)
Seguros	(5.745)	(13)
Aluguéis	(155)	(35)
Pessoal	(2.660)	(1.360)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(552)
Material	(353)	(13)
Serviços de Terceiros	(2.430)	(1.450)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	15.1	(1.676)
Provisão para contingências	-	(11)
Outros	(11)	(113)
Outras receitas	-	(11)
(18.875)	(3.536)	(15.838)
Depreciação e Amortização		
Total	(10.813)	(83)

A Companhia apresentou custos operacionais consolidado no montante de R\$ 115.053 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R\$ 89.516 no mesmo período de 2023. O aumento de 28,5% entre um período e outro se deve principalmente pela entrada em operação das controladas EAP I e EAP II, que iniciaram suas operações comerciais em 27 de julho de 2023 e 13 de setembro de 2023, respectivamente, incorrendo principalmente a partir dessa data custos com depreciação de ativo imobilizado, encargos de uso da rede elétrica, compra de energia e serviços de terceiros. A Companhia apresentou o montante de compra de energia de R\$ 19.996 (105.216 MWh) em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 8.069 (76,77 MWh) em 31 de dezembro de 2023.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras		
Encargos sobre debentures, empréstimos e financiamentos (*)	11	(74.338)
Varição monetária sobre empréstimos	-	(739)
Varição monetária UBP	-	(838)
Outros	-	(75.915)
(86.643)	(105.155)	(103.362)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	10.940	13.695
Outras receitas financeiras	435	983
11.375	14.678	23.197
(74.268)	(90.477)	(80.165)

(*) Os encargos sobre empréstimos das controladas EAP I foram capitalizados até 31 de julho de 2023 e EAP II até 30 de setembro de 2023, devido estarem em fase pré-operacional. Após essa data foram contabilizados como despesa financeira.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	6.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	9.597
Total	13	6.418

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		
Alíquota nominal		
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais		
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Resultado de equivalência patrimonial	3.442	468
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	(228)	276
Provisões para o qual não foi constituído imposto diferido	162	-
Arrendamento (CPC 06) para o qual não foi constituído imposto diferido	3	3
Outras	349	49
Despesa de imposto de renda e contribuição social	6.418	9.597
Alíquota efetiva	81%	37%

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	6.808
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.229
Total	13	6.808

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		
Alíquota nominal		
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais		
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Incentivo Fiscal corrente	863	-
Incentivo Fiscal diferido	391	-
Diferença de base - controladas lucro presumido	11.394	(340)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	(371)	276
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(5.399)	-
Provisões para o qual não foi constituído imposto diferido	(170)	-
Arrendamento (CPC 06) para o qual não foi constituído imposto diferido	(56)	3
Outras	385	48
Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.002	4.429
Alíquota efetiva	25%	34%

(*) Os impostos apurados nas controladas "EAP I" e "EAP II" foram capitalizados até 31 de julho de 2023 e "Eólicas do Potiguar II" até 30 de setembro de 2023, devido estarem em fase pré-operacional.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Considerações gerais: A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. **22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Encontramos a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Caixa e bancos	144	144
Equivalentes de caixa	3.157	3.157
Investimentos de curto prazo	109.528	109.528
Títulos e valores mobiliários	-	-
Contas a receber de clientes	11.900	11.900
124.729	124.729	124.729

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Forneceedores	3.602	3.602
Empréstimos	-	-
Debentures	621.218	666.030
Debentures - EAP's	-	-
Uso do bem público	5.445	5.445
Opções de compra de ações outorgadas	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-
630.265	675.077	630.934

23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Aumento (redução) de passivos financeiros		
Empréstimos, financiamentos e debentures	11	911.183
Arrendamentos	5.090	(1.067)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	5.000	(5.000)
921.273	(184.759)	- 5.000

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Controladora e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onco plano de aposentadoria e de contribuição definida) e educação continuada. A Controladora reconheceu no resultado o montante de R\$ 709 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 740 em 31 de dezembro de 2023) e em face das suas controladas o montante de R\$ 1.004 (R\$ 994 em 31 de dezembro 2023) referente a benefícios. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocinadora um plano de previdência, mas exige o risco para que os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Forneceedores	3.602	3.602
Empréstimos	-	-
Debentures	621.218	666.030
Debentures - EAP's	-	-
Uso do bem público	5.445	5.445
Opções de compra de ações outorgadas	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-
630.265	675.077	630.934

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes: O valor justo de caixa equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, forneceedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas. 1º emissão de debentures: As debentures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2023 as controladas, Eólica Potiguar I e Eólica Potiguar II, possuem instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principal instrumento utilizado é o swap. Todas as operações de derivativos da Companhia e suas controladas estão detalhadas no quadro a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **Hierarquia do valor justo:** A Companhia e suas controladas e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e • **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III. **22.2 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros:** **Análise de sensibilidade de investimentos de curto prazo:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários I e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução do risco, respectivamente, e os cenários II e IV com 25% e 50% de redução, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras - Controladora		
Investimentos de curto prazo	109.528	16.155
109.528	16.155	16.155

→ continuação

Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Controlada e as controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e os correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2024.

Risco/Objeto	Empresa	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	Foz do Rio Claro	1.152.319	574	18/06/2025
Risco de responsabilidade civil geral	Foz do Rio Claro	700.000	309	18/06/2025
Seguro de veículos	Foz do Rio Claro	100% Tabela Fipe	4	19/06/2025
Risco de responsabilidade civil (D&O)	Foz do Rio Claro	50.000	7	28/08/2025
Risco de responsabilidade civil geral	Eólica do Agreste Potiguar I	10.000	7	21/07/2025
Risco nomeado e operacional (*)	Eólica do Agreste Potiguar I	152.414	315	21/07/2025
Risco de responsabilidade civil (D&O)	Eólica do Agreste Potiguar I	50.000	2	28/08/2025
Risco de responsabilidade civil geral	Eólica do Agreste Potiguar II	10.000	6	21/07/2025
Risco nomeado e operacional (*)	Eólica do Agreste Potiguar II	253.427	524	21/07/2025
Risco de responsabilidade civil (D&O)	Eólica do Agreste Potiguar II	50.000	3	28/08/2025
Risco nomeado e operacional (*)	Ijuí Energia	1.152.319	601	18/06/2025

Risco/Objeto

Risco de responsabilidade civil geral
Seguro de veículos
Risco de responsabilidade civil (D&O)

Total

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

Empresa	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Ijuí Energia	700.000	309	18/06/2025
Ijuí Energia	100% Tabela Fipe	4	19/06/2025
Ijuí Energia	50.000	4	28/08/2025
	4.330.479	2.669	

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

2ª Emissão de debêntures - Controladora Foz: Em 09 de janeiro de 2025 a controladora Foz do Rio Claro efetuou a segunda emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$ 560.000 com o valor nominal de R\$ 1.000, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, conforme resolução CVM nº 160. O recebimento das debêntures ocorreu em 15 de janeiro de 2025. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios equivalentes a 100% DI + Spread 0,54% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As amortizações dos juros ocorrerão em pagamentos semestrais, e o valor principal será amortizado em duas parcelas, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2029 e o segundo pagamento em 15 de janeiro de 2030. **Pagamento da 1ª Emissão de debêntures - Controladora Foz:** Em 22 de janeiro de 2025 a controlada Foz do Rio Claro efetuou a quitação da 1ª Emissão das debêntures no montante de R\$ 633.220 com recursos provenientes da 2ª Emissão de Debêntures.

A Diretoria

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. **DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 80/22.** Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. **DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 80/22.** Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e acionistas da **Foz do Rio Claro Energia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Foz do Rio Claro Energia S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de Receita de Geração de Energia Elétrica:** Veja as Notas 3.13 e 18 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas reconheceram Receita de Geração de Energia Elétrica da demonstração de resultados individual e consolidada no montante de R\$ 90.186 mil e R\$224.742 mil, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações contábeis. As receitas da Companhia e suas controladas são oriundas principalmente de geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações de venda, bem como o risco de uma receita de venda de energia ser reconhecida sem a efetiva transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica; (ii) Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia e de suas controladas relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. Adicionalmente, inspecionamos as contabilizações do corte da receita realizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024. (iii) Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e (iv) Inspeção, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31

de dezembro de 2024, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 04 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de Fevereiro de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 26/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/26/FOZDORIO1581546226032025.pdf>
Hash: 1742927760af06e45ce744491b8822234976ba181e